

# POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO ESCOLAR

## EXTERNAL ASSESSMENT POLICY AND ITS DEVELOPMENTS FOR SCHOOL MANAGEMENT

SILVA, Luciana Pegoraro Francisco de Mello e<sup>1</sup>; TORRES, Julio Cesar<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Marília, São Paulo, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

<sup>1</sup>[lupegoraro@yahoo.com.br](mailto:lupegoraro@yahoo.com.br), <sup>2</sup>[julio@ibilce.unesp.br](mailto:julio@ibilce.unesp.br)

**RESUMO:** trata-se de pesquisa em andamento que intenciona investigar as políticas de avaliação externa e seus desdobramentos para a gestão escolar. No contexto de formulação e implementação de políticas públicas de educação no Brasil recente, destaca-se a relevância em se problematizar aquilo que é prescrito e, portanto, institucionalizado, em relação ao que efetivamente ocorre na realidade concreta das escolas, ou seja, o efetivamente implementado. Para este trabalho em andamento, está sendo utilizada, especificamente, a avaliação do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e os resultados do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) de cinco escolas do sistema público estadual de ensino de São Paulo, analisando de que maneira esses resultados são apropriados pelos gestores escolares. Instituídos pela política educacional como indicadores que aferem a qualidade do ensino e da aprendizagem, conseqüentemente, são colocados como intervenções da política de avaliação externa num contexto de reforma do Estado que tem privilegiado a ideia de publicização dos resultados da escola como garantia da *accountability* e pela responsabilização de gestores, professores e alunos pelos resultados alcançados, atrelando-se esses resultados a prêmios, bonificações e punições. Pretende-se com os resultados desta pesquisa problematizar a realidade educacional a partir dos pressupostos e contradições das políticas de avaliação educacional e da gestão escolar, sobretudo no que concerne aos resultados educacionais evidenciados por esses instrumentos implementados pela política paulista de educação.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Educação; Avaliação Educacional; SARESP/IDESP; Qualidade do Ensino.

**ABSTRACT:** This article is in ongoing research intends to investigate the policies of external evaluation and its impact on school management. In the context of formulation and implementation of public policies on education in Brazil recently, we highlight the relevance of questioning what is prescribed and therefore institutionalized in relation to what actually occurs in the concrete reality of schools, ie effectively implemented. For this work, specifically, the evaluation of SARESP System (Evaluation of Educational Achievement of the State of São Paulo) and the results of IDESP (Education Development Index of the State of São Paulo) from five schools of the state public system will be used teaching of St. Paul. We intend to analyze how these results are appropriate for school administrators. Educational policy as established by the indicators measuring the quality of teaching and learning are therefore placed as interventions of external evaluation policy in a context of state reform that has privileged the idea of publicizing the results of the school as a guarantee of accountability and the accountability of managers, teachers and students for their achievements, linking up these results to awards, bonuses and punishments. This is research

literature and documents nature. For a deeper analysis, will also be developed a survey of school administrators through semi-structured interviews. The aim of this search problematize the educational reality from the assumptions and contradictions of the politics of educational assessment and school management , particularly with regard to educational outcomes evidenced by these instruments implemented by the São Paulo political education .

**Keywords:** Public Policy Education; Educational Evaluation; SARESP / IDESP; Quality of Teaching.

## 1. Introdução

O presente artigo está pautado em uma pesquisa em andamento que tem como objeto de estudo as políticas públicas de avaliação externa da Educação Básica brasileira, e seus desdobramentos para a gestão escolar. No bojo do processo de reformas educacionais desencadeadas nos anos de 1990, sobretudo a partir da LDBEN/1996, pretende-se analisar os pressupostos dessas políticas de avaliação, bem como discutir criticamente suas supostas contradições.

Neste trabalho, para discutirmos o papel da política pública de avaliação externa no processo educativo, elegemos a avaliação do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e os resultados do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), buscando analisar de que maneira esses resultados são apropriados pelos gestores escolares, e seus desdobramentos para a gestão da escola, uma vez que são instituídos pela política educacional como indicadores que aferem a qualidade.

Esta pesquisa pretendeu responder à seguinte questão: no contexto de formulação e implementação de políticas públicas de educação no Brasil recente, como são instituídas as políticas de avaliação externa da Educação Básica e quais seus desdobramentos para a gestão escolar? Como decorrência dessa primeira indagação, de que forma os gestores escolares se apropriam dos resultados da avaliação?

Além de pesquisa bibliográfica pertinente aos estudos sobre as políticas públicas de educação e as políticas de avaliação externa, foi priorizado, também, o levantamento de documentos produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) sobre o tema, bem como o estudo e discussão da legislação educacional paulista vigente. Portanto, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, e qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. (BARDIN, 1977)

Para a análise dos desdobramentos e impactos das políticas de avaliação externa na gestão escolar, foram realizadas, nas cinco escolas estaduais do município de Agudos (SP), entrevistas semiestruturadas junto a gestores escolares do estado de São Paulo. Pretendeu-se problematizar a realidade educacional a partir dos pressupostos e contradições das políticas de avaliação educacional e da gestão escolar, sobretudo no que concerne aos resultados educacionais evidenciados por esses instrumentos implementados pela política paulista de educação.

O universo da pesquisa consta de 17 gestores, sendo 05 diretores, 06 vice-diretores e 08 professores coordenadores, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 - Número de participantes por escola e função

Identificação da Escola	Diretor	Vice-Diretor	Prof. Coord. EF	Prof. Coord. EM
Escola A	01	02	01	01
Escola B	01	01	01	-
Escola C	01	01	01	01
Escola D	01	01	01	01
Escola E	01	01	01	01

Destacamos aqui, como gestores escolares, o conjunto de profissionais da Educação que compõem a equipe gestora do sistema público paulista de ensino, sendo eles: diretores, vice-diretores e professores coordenadores. A análise está focada na percepção destes profissionais, pois entendemos que as atividades desenvolvidas por eles estão diretamente ligadas ao acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas, à organização e monitoramento dos processos avaliativos da escola e, também, aos encaminhamentos dados aos resultados obtidos nas avaliações externas.

Para sustentar a argumentação teórica e a análise dos dados que permeiam nossa problemática, a pesquisa apoia-se Zákia (2007, 2010 e 2015) que nos subsidia nos temas de política educacional, avaliação educacional, avaliação escolar e ensino; Werle (2010) na política e avaliação educacional, administração e gestão educacional; Vianna (2003) com as avaliações nacionais em larga escala; Pinto (2011), nos impactos do Saesp, dentre outros.

## 2. Da avaliação externa

O ato de avaliar é inerente a toda atividade humana. A todo tempo, avaliamos e somos avaliados, justamente pela capacidade que temos, como seres humanos, de refletir, analisar, julgar, inferir, contestar. Mas refletir e analisar a finalidade da avaliação, no âmbito do contexto escolar, tem sido um grande desafio aos educadores.

Ultimamente, um novo conceito de

avaliação se impõe aos profissionais da educação, não apenas em decorrência de leis, decretos e resoluções, mas também do compromisso de seus educadores com uma avaliação a serviço da aprendizagem. Avaliar não possui mais um conceito minimizado, como apenas aferir, ou mensurar resultados, mas, de acordo com Luckesi (1996, p. 33), "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão", ou seja, a avaliação é um importante instrumento a serviço da aprendizagem.

Nessa perspectiva, destacamos outro foco da avaliação que tem sido objeto de estudo entre educadores e pesquisadores: a avaliação externa ou avaliação em larga escala. Destacamos, aqui, como avaliação externa, aquela que é elaborada e organizada por agentes externos às escolas, geralmente por órgãos superiores como Ministério da Educação (MEC), secretarias estaduais ou municipais de educação, diretorias de ensino, etc., e que podem executá-la, seja de maneira direta ou indireta, por meio de empresas especializadas para esse fim.

As avaliações externas são indicadores de resultados educacionais que ganham relevância como forma de subsidiar as metas e ações das escolas no contexto das políticas públicas de educação contemporâneas, e com o intuito de atender às novas demandas educacionais, nos últimos anos vêm ocorrendo a ampla divulgação desses indicadores.

A avaliação externa, seja ela implementada pelos governos federal, estadual

ou municipal, vem crescendo e envolvendo, cada vez mais, escolas e sistemas de ensino sendo, gradativamente, absorvidas pela dinâmica da escola e sua organização, passando, inclusive, a integrar o calendário escolar. Conforme Werle (2010, p.22), a avaliação externa pode abranger “todo escopo ou apenas parte das ações institucionais”. Nessa perspectiva, a avaliação pode ser organizada apenas para uma das turmas da escola, ou várias, censitariamente ou por amostragem.

Atualmente, o sistema de avaliação educacional brasileiro conta com vários indicadores, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – ENCCEJA, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, o Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior – ENADE, dentre outros.

Em entrevista realizada com a professora Doutora Sandra Zákia, que é professora colaboradora da Universidade de São Paulo, atuando na área de política educacional e avaliação educacional, pela Revista Educação: teoria e prática, em 2010, buscou-se aferir a opinião da autora sobre as políticas de avaliação em larga escala e os desafios à qualidade educacional. A professora coloca que:

Analisar as finalidades da avaliação escolar é uma tarefa que hoje se impõe aos profissionais da educação, até mesmo porque as escolas têm sido cada vez mais chamadas a interagir com diferentes focos da avaliação. Se até os anos finais da década de 1980 o foco privilegiado era a avaliação da aprendizagem dos alunos, na atualidade as escolas se veem envolvidas com avaliação institucional, de desempenho docente, de curso, de redes de ensino. Incidem nas escolas e redes de ensino iniciativas de avaliação de desempenho dos alunos realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), além daquelas elaboradas

por estados e municípios, denominadas avaliações em larga escala ou avaliações externas.

Para muitos educadores e pesquisadores da área, esses indicadores trazem a possibilidade para as escolas debaterem e analisarem seus resultados, pois podem ser estudados, analisados e utilizados a serviço de uma educação de qualidade. Mas devemos ressaltar que não sinalizam, *a priori*, toda a realidade do desempenho escolar de alunos e a qualidade de nossas escolas, pois são avaliações em âmbito de sistema de ensino. Cabe a cada comunidade escolar, a partir dos dados obtidos, fazer uma autoavaliação de seu trabalho e corrigir os rumos e procedimentos didático-pedagógicos que se fizerem necessários.

### 3. O Saresp e o Idesp

Atualmente, muitos estados brasileiros possuem sistemas próprios para avaliar suas redes de ensino. Por meio desses sistemas descentralizados é possível monitorar a qualidade do ensino ofertado, analisando as características de suas escolas, o desempenho de seus alunos e onde precisam melhorar. Como exemplo disso, temos no estado de São Paulo, o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento escolar do Estado de São Paulo).

A avaliação do SARESP teve início em 1996, com a finalidade de produzir informações periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. Portanto, constitui-se em um indicador educacional, uma vez que mede o desempenho dos alunos. Quando esse resultado passa a ser considerado juntamente com índices de promoção, retenção ou evasão (fluxo escolar), temos, respectivamente, um indicador composto: o IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.

No período de 1996 a 2005, a metodologia adotada na elaboração das provas do SARESP não permitia identificar as defasagens ou os avanços das escolas, pois não existia uma métrica de escalas de proficiência. A partir de 2007, uma das prioridades do Plano de Metas da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo foi a revisão do SARESP, adotando-se a mesma métrica do Saeb/Prova Brasil, permitindo acompanhar a evolução das escolas ano a ano, inclusive comparando-se os resultados com avaliações nacionais.

O IDESP foi criado em 2007, pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, e é composto de dois critérios: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP e o fluxo escolar, ou seja, “o que aprenderam” e “em quanto tempo aprenderam”. A finalidade do IDESP é fornecer um diagnóstico de qualidade da escola, apontando os aspectos que apresentam maior defasagem, permitindo que as escolas acompanhem sua evolução a cada avaliação por meio do estabelecimento de metas por escola.

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2014, a SEE/SP realizou a 17ª edição do SARESP que contou com a participação de todas as escolas públicas estaduais com ensino regular, e algumas municipais e privadas que aderiram à avaliação, como, por exemplo, o Sesi. Além das provas de Português e Matemática, o SARESP aplicou, também, provas de Ciências da Natureza e de Redação.

A avaliação do SARESP, aplicada em larga escala, utiliza-se de dois instrumentos: os questionários e os testes de proficiência. Os questionários têm a finalidade de analisar as variáveis que interferem no desempenho dos alunos, e são aplicados aos pais e alunos, professores e gestores da escola. Os testes de proficiência são elaborados por pessoas de fora da escola e aplicados por docentes de outras unidades escolares, a fim de se garantir transparência ao processo. Excepcionalmente, em 2014, os questionários não foram aplicados

aos alunos, nem aos professores e gestores.

A Resolução SE 41/2014, de 31 de julho de 2014, enfatiza que, para a aplicação do SARESP, a SEE/SP três aspectos importantes que são considerados: a) que o SARESP, como instrumento de avaliação externa, oferece indicadores de extrema relevância para subsidiar a tomada de decisões dos educadores que nelas atuam; b) que o SARESP, como instrumento de avaliação externa, viabiliza para cada rede de ensino a possibilidade de comparação entre os resultados do SARESP e aqueles obtidos por meio de avaliações nacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, incluindo a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC/Prova Brasil, pois possuem a mesma escala de proficiência; c) que o desempenho dos alunos no SARESP, por compor um dos critérios do IDESP, juntamente com o fluxo escolar, constitui, para cada unidade escolar, um importante indicador de melhoria qualitativa do ensino oferecido.

Um aspecto importante do SARESP é que ele permite classificar os alunos em quatro níveis de desempenho: avançado, adequado, básico e abaixo do básico:

- 1) Avançado: os alunos que se encontram neste nível de desempenho apresentam conhecimentos, competências e habilidades acima do requerido para a série ou ano que se encontram;
- 2) Adequado: os alunos que se encontram neste nível de desempenho apresentam conhecimentos, competências e habilidades, de acordo com o requerido para a série ou ano que se encontram;
- 3) Básico: os alunos que se encontram neste nível de desempenho apresentam conhecimentos, competências e habilidades mínimas para a série ou ano que se encontram;
- 4) Abaixo do Básico: os alunos que se encontram neste nível de desempenho

apresentam conhecimentos, competências e habilidades insuficientes para a série ou ano que se encontram.

Esses níveis são definidos por meio das expectativas de aprendizagem previstas para cada série e disciplina que, por sua vez, estão descritas no Currículo Oficial do estado de São Paulo.

Conforme dados divulgados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, os estudantes da rede pública estadual apresentaram uma melhora nas avaliações do SARESP 2014. Foram mais de dois milhões de alunos que realizaram as provas em todo o estado de São Paulo, sendo que os índices obtidos em Português, como em Matemática, tanto no Ensino Fundamental como no ensino Médio, foram superiores ao de 2013.

No site da Secretaria Estadual, na divulgação do SARESP 2013, o professor Herman Voorwald, Secretário de Estado da Educação de São Paulo, afirma que “o SARESP é uma avaliação anual cujo objetivo é diagnosticar, para a administração, todos os resultados que estão sendo trazidos por conta das ações da gestão pedagógica”. Ele diz ainda que “é muito importante a avaliação do sistema para que os programas possam ser avaliados, possam ser redirecionados, e para que outros programas possam ser criados, ou seja, para que efetivamente se avance na busca de uma educação de qualidade”.

#### 4. A escola e a publicização dos resultados

Conforme os documentos produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo sobre o tema, tanto o SARESP, quanto o IDESP, constituem-se em indicadores de qualidade educacional, pois permitem identificar a qualidade da educação básica, as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, e acompanhar a evolução dos mesmos, ano a ano. Essa publicização dos resultados

remonta-nos ao conceito de *accountability*, podendo ser traduzido do inglês como “prestação de contas”, ou seja, trazer informações sobre os resultados do trabalho daqueles a quem foi delegada a responsabilidade, ou seja, os sujeitos escolares como corresponsáveis pelos resultados obtidos.

Na concepção de Afonso (2009), este conceito está associado a três dimensões articuladas entre si: a prestação de contas, a responsabilização e a avaliação, que constituem três pilares de um processo de *accountability*:

[...] um sistema de *accountability* democraticamente avançado inclui a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, mas dentro de articulações congruentes que se referenciem ou sustentem em valores essenciais como a justiça, a transparência, o direito à informação, a participação, a cidadania – lembrando, a este propósito, o facto de muitos destes valores estarem a ser repensados no âmbito de novas reflexões (críticas e criativas) sobre outras concepções possíveis e desejáveis de democracia no tempo actual. (p. 17)

O termo responsabilização está diretamente ligado à expansão das avaliações externas, ou em larga escala, e tem sido empregado para destacar que todos (professores, gestores da escola, gestores do sistema de ensino e governantes são corresponsáveis pelo desempenho dos estudantes). Não devemos confundir responsabilidade com culpa. O fato de professores e gestores serem responsabilizados, não significa que sejam culpados por um desempenho considerado insatisfatório. A responsabilização educacional significa que aos professores, diretores, gestores e governantes, foi delegada a responsabilidade de proporcionar um bom ensino aos seus alunos. De acordo com Werle (2010, p. 25):

Para os governantes que promovem estas avaliações, os dados são produzidos para a prestação de contas à sociedade, transparência do emprego de recursos públicos em relação ao trabalho realizado pelos sistemas, assim como orientação de

políticas e planos de ação de sistemas e de escolas.

Para muitos gestores, é preciso rever a ideia de *accountability*, pois embora estudos apontem que as suas vantagens superam os seus possíveis defeitos, existe forte resistência ao emprego desse procedimento. O maior temor, para esses gestores, é o de que se possa estimular, com base apenas em exames padronizados, que algumas escolas, buscando obter melhores resultados, expulsem os alunos com problemas de desempenho, agravando ainda mais a dramática situação do país, no que concerne à repetência e à evasão. Outro agravante é a promoção de alunos, sem as devidas competências para o prosseguimento dos estudos nas séries seguintes, a fim de se alcançarem as metas pré-estabelecidas. Desse modo, ao se propor avaliar a qualidade da Educação Básica, não se pode deixar de lado esses outros aspectos que causam efeitos perversos sobre os resultados e fluxos educacionais.

É importante lembrarmos, também, que, além dos indicadores externos, temos as avaliações internas que fazem parte de um processo contínuo. Dias Sobrinho (2003) afirma que a avaliação deve, sem dúvida, produzir conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade. Para tanto, devem-se priorizar momentos de diálogo e de autoavaliação sobre os resultados de desempenho dos alunos, pois não basta termos os dados, é preciso sabermos utilizá-los e ponderarmos acerca do que tem sido feito, ou não, em relação à melhoria da aprendizagem.

## 5. À guisa de conclusão

Levando em consideração os apontamentos sobre as avaliações externas, percebemos que tanto o SARESP, que já está na sua 17ª edição, quanto o IDESP, têm sido apontados pela SEE/SP como políticas públicas de qualidade, pois conforme os documentos oficiais,

trazem subsídios e informações necessárias para a melhoria da educação paulista. Mas levando em consideração o que dizem os gestores escolares, percebemos, também, que eles têm implicações negativas para o trabalho pedagógico.

O fato é que a análise desses resultados pelos gestores, como indicadores que medem a qualidade do ensino e da aprendizagem, têm gerado amplas discussões e debates no interior das escolas, principalmente porque essa política, levada a cabo pelo governo estadual paulista, privilegia a ideia de publicização dos resultados da escola como garantia de *accountability*, e responsabilização de gestores, professores e alunos pelos resultados alcançados, atrelando-se os resultados a prêmios, bonificações e punições.

Para a maioria dos gestores escolares entrevistados, premiar ou penalizar escolas com base no desempenho pode trazer consequências indesejáveis à estrutura educacional, tais como:

- a) mercantilização da educação (o trabalho realizado é focado apenas no recebimento do bônus);
- b) pressão sobre os professores de Língua Portuguesa e Matemática, que se sentem cobrados pelos baixos resultados das escolas, pois apenas suas disciplinas são cobradas todos os anos;
- c) criação de uma cultura de treinamento para a prova, desconsiderando a autonomia do professor, pois se ensina apenas o que será avaliado;
- d) dados camuflados, pois algumas escolas transferem alunos “indevidamente” para o “além”, promovem alunos sem as devidas competências, ou impedem que alunos com baixa proficiência participem das avaliações;
- e) cisão entre os pares, pois quando um segmento alcança a meta e outro não, traz muito desconforto, desvalorização e desmotivação na equipe;

Outro aspecto que tem gerado muitas críticas e causado muita frustração aos gestores

é que, para que a meta do IDESP possa ser alcançada, uma turma diferente precisa melhorar o resultado obtido pela turma do ano anterior, ou seja, se a escola quiser alcançar as metas todos os anos, é necessário que tenha turmas com melhores desempenho sempre. De acordo com Pinto (2011, p. 133):

A amarração do currículo à avaliação externa e aos bônus são os ingredientes perfeitos para tutelar o professor que tece seu cotidiano no chão da escola. Primeiro porque não é uma questão de escolha: essa forma de organização do sistema educacional estadual é imposta de “cima para baixo” sem considerar a questão da aceitação ou não da proposta. Outra razão é a questão da sobrevivência, pois esses profissionais vêm sentindo na pele o aviltamento de seus vencimentos ao longo de décadas e o bônus é uma oportunidade para auferirem um rendimento extra.

Portanto, conhecer, estudar, analisar, entender os índices de desempenho e a questão do fluxo apresentados pelas avaliações externas, deveriam ser recursos utilizados a serviço da aprendizagem, auxiliando toda a equipe escolar a se comprometer, pensar na prática docente por meio de uma educação de qualidade. Quanto ao conceito de “qualidade”, Gadotti (1992, p. 27) coloca que uma educação escolar de qualidade é aquela que deve criar as condições necessárias para que cada educando “possa torna-se um cidadão ativo na sociedade”.

Finalizando, a melhoria da qualidade da escola, em todas as áreas, deve ser o foco de toda a equipe escolar. Portanto, para enfrentar os desafios da educação de maneira crítica e responsável, sem mascarar resultados, os investimentos no ensino público têm que ser expandidos, melhorando salários e a qualificação dos educadores.

Portanto, “é necessário criar condições para que esse(a) profissional se sinta suficientemente reconhecido(a) socialmente nesse esforço de formação das novas gerações na perspectiva democrática sinalizada pela

Constituição Federal e na direção da ampliação cultural da população brasileira, atual e futura”. Faz-se necessário e urgente investir na educação pública, garantindo formação inicial docente de qualidade, a formação continuada e a “melhoria da remuneração dos professores, com gestão e monitoramento bem conduzidos” (Gatti et al, 2011, p.139).

## REFERÊNCIAS

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **BOLETIM SARESP**. São Paulo: FDE, 2009 a 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **BOLETIM IDESP**. São Paulo: FDE, 2009 a 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Lei Complementar nº 1.078/08**. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação. São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para a interpretação dos resultados**. São Paulo: SEE; FDE, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **SARESP: sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo**. São Paulo: FDE, 1997.

AFONSO, A. J. (2009). Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandarizados e rankings escolares. **Revista Lusófona da Educação**, 13, 13-29.

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação, Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo, Cortez, 2003.

FERNANDES, Reynaldo. Uso de indicadores sociais e educacionais para o planejamento a nível de Escola e Sistema. **Tópico 2: Combinando indicadores de quantidade e qualidade da educação: O IDEB e o IDESP**. Redefor Usp, 2010.

FERNANDES, Reynaldo. Uso de indicadores sociais e educacionais para o planejamento a nível de Escola e Sistema. **Tópico 3: Metas Educacionais e Responsabilização**. Redefor Usp, 2010.

GADOTTI, M. Indicadores de qualidade da educação escolar. Movimento Pró-Educação: Lugar da criança é na escola. **Seminário: O controle da qualidade da educação escolar**. Recife: UNICEF, 03 a 05 de novembro de 1992.

GATTI, Bernadete Angelina. Barretto, Elba Siqueira de Sá. André, Maria Elisa Dalmazio Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Capítulo 6, 2011.

GATTI, B. Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, A; GATTI, B. A; TAVARES, M. R (Orgs.). **Ciclo de debates – Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos**. Florianópolis: Insular, 2013.

PINTO, A. R. P. **Política pública e avaliação: o SARESP e seus impactos na prática profissional docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2011.

**RESOLUÇÃO SE 41**, de 31 de julho de 2014. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2014.

**SÃO PAULO** (Estado). FDE. Articulando a avaliação, gestão e formação no SARESP. São Paulo, 1998. [Fita de Vídeo].

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SE nº 70, de 26 de outubro de 2010. Dispõe sobre os perfis profissionais, competências e habilidades requeridos dos educadores da rede pública estadual e os referenciais bibliográficos que fundamentam os exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. *Diário Oficial*. São Paulo, 2010.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Secretaria de Gestão Pública. Tutorial do Plano de Ação Participativo para Escolas 2012, Guia para Elaboração, Volume 1. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://aeppsp.org.br/estudosdocumentos/92-pap>>. Acesso em 20 mar 2013.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Secretaria de Gestão Pública. Tutorial do Plano de Ação Participativo para Escolas 2012, Apoio ao Diagnóstico e à Formulação de Ações, Volume 2. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://aeppsp.org.br/estudosdocumentos/92-pap>>. Acesso em 20 mar 2013.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Secretaria de Gestão Pública. Roteiro de Acompanhamento do PAP para Supervisão de Ensino. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://aeppsp.org.br/estudosdocumentos/92-pap>>. Acesso em 20 mar. 2013.

**SÃO PAULO**. Secretaria de Estado de Educação. SARESP: documento de implantação. São Paulo: FDE, 1996.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Secretaria de Gestão Pública. Tutorial do Plano de Ação Participativo para Escolas 2012, Guia para Elaboração, Volume 1. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://aeppsp.org.br/estudosdocumentos/92-pap>>. Acesso em 20 mar. 2013.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação. Secretaria de Gestão Pública. *Tutorial do Plano de Ação Participativo para Escolas 2012, Apoio ao Diagnóstico e à Formulação de Ações, Volume 2*. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://aeppsp.org.br/estudosdocumentos/92-pap>>. Acesso em 20 mar. 2013.

SOUSA, Sandra Zákia; ARCAS, Paulo Henrique. **Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 20, n. 35, p. 181-199, jul./dez. 2010.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Sistemas de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados**. Relatório de pesquisa apresentado à FAPESP, São Paulo, jul. 2007.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliações em larga escala e os desafios à qualidade educacional. **Roteiro**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 309-314, Dez. 2011. ISSN 2177-6059. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/>>

[view/1184](#)>. Acesso em: 06 jan. 2015.

VIANNA, Heraldo. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas.** São Paulo: FCC, 2003.

WERLE, F. O. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle do resultado à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: avaliação, políticas públicas.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>.

WERLE, F. O. C. (Org.) **Avaliação em larga escala: foco na escola.** Brasília: Liber Livro, 2010.

**Artigo submetido em: 09.08.2015**

**Artigo aprovado para publicação em: 21.03.2016**